

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO	11
CAPÍTULO I	
TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO	33
1. Referências históricas do trabalho humano	33
1.1. Fatores históricos do surgimento do Direito do Trabalho...	35
1.1.1. Revolução Industrial	35
1.1.2. Grande concentração de operários nas cidades onde es-tavam localizadas as fábricas.....	36
1.1.3. Doutrina social da Igreja e valorização do trabalho humano.....	36
1.1.4. Desenvolvimento da teoria da dignidade da pessoa humana, impulsionada pelo cristianismo	36
1.1.5. Condições de trabalho precárias de trabalho	36
1.1.6. Reconhecimento do direito de união e as primeiras greves.....	37
1.1.7. Questão social	37
2. História do Direito do Trabalho no Brasil.....	38
3. A Consolidação das Leis do Trabalho	44
4. Do cenário atual do Direito do Trabalho no Brasil	46
5. Funções do Direito do Trabalho no sistema capitalista	50
6. Definição de Direito do Trabalho.....	52
7. Da autonomia do Direito do Trabalho	54
8. Da natureza jurídica do direito do trabalho.....	55
9. Divisões do Direito do Trabalho.....	56
10. Relações do Direito do Trabalho com os demais ramos do Direi- to.....	58
10.1. Direito Constitucional.....	58

10.2. Direito Processual do Trabalho.....	59
10.3. Direito Civil	61
10.4. Seguridade Social	61
10.5. Direito Penal.....	62
11. Da constitucionalização do Direito do Trabalho.....	65
12. A proteção ao trabalho humano na Constituição de 1988.....	68

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO.....	71
1. Da distinção entre normas, regras e princípios	71
2. Conceito e finalidades dos princípios.....	72
3. Princípios constitucionais do Direito do Trabalho.....	75
3.1. Valor social do trabalho.....	75
3.2. Melhoria da condição social do trabalhador.....	76
3.3. Dignidade da pessoa humana do trabalhador	82
4. Dos princípios clássicos do Direito do Trabalho	88
4.1. Proteção.....	88
4.1.1. Norma mais favorável	90
4.1.2. <i>In dubio pro operario</i>	91
4.1.3. Condição mais benéfica – segurança jurídica do trabalhador.....	96
4.2. Irrenunciabilidade de direitos.....	102
4.2.1. Da renúncia e transação no Direito do Trabalho ...	102
4.3. Continuidade	105
4.4. Primazia da realidade.....	106
4.5. Boa-fé.....	107
4.6. Razoabilidade	109

CAPÍTULO III

FONTES DO DIREITO DO TRABALHO	111
1. Conceito de fonte do Direito.....	111
2. Do pluralismo jurídico do Direito do Trabalho	112
3. Das espécies normativas no Direito do Trabalho	113
3.1. Constituição Federal	113
3.2. Leis trabalhistas.....	114

3.3.	Medidas provisórias	114
3.4.	Costume	116
3.5.	Princípios.....	117
3.6.	Jurisprudência	117
3.7.	Precedente judicial	119
3.8.	Das Súmulas em matéria trabalhista	124
3.9.	Doutrina	129
3.10.	Regulamento de empresa.....	130
3.11.	Sentença normativa.....	131
3.12.	Direito comparado	132
3.13.	Acordos e Convenções Coletivas do Trabalho	132
3.14.	Direito comum.....	133
3.15.	Decretos do Presidente da República e portarias do Ministério do Trabalho	133
4.	Hierarquia das fontes no Direito do Trabalho.....	134
5.	Integração do Direito do Trabalho	138
5.1.	Analogia	139
5.2.	Equidade	140
5.3.	Aplicação do Direito comum ao Direito do Trabalho.....	141
5.4.	Normas internacionais (Convenções da OIT).....	142
5.4.1.	Do controle de convencionalidade das normas trabalhistas.....	146

CAPÍTULO IV

DA INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	151	
1.	Da interpretação do Direito do Trabalho.....	151
2.	Métodos clássicos de interpretação do Direito do Trabalho.....	153
2.1.	Literal ou gramatical.....	153
2.2.	Histórico	153
2.3.	Teleológico.....	154
2.4.	Sistemático	154
2.5.	Restritivo.....	155
2.6.	Extensivo.....	155
2.7.	Autêntica e doutrinal	156
3.	Regras de interpretação constitucional	156
3.1.	Unidade	156

3.2. Conformidade com a Constituição	157
3.3. Máxima efetividade.....	158
3.4. Força normativa.....	158
3.5. Proporcionalidade.....	159
4. Limitação da interpretação das normas coletivas pelos Tribunais Trabalhistas (Lei 13.467/17)	160
5. Aplicação da lei trabalhista no tempo.....	162
6. Aplicação das normas do direito do trabalho no espaço.....	167
7. Flexibilização e desregulamentação das normas trabalhistas.....	171

CAPÍTULO V

DA RELAÇÃO DE TRABALHO.....	175
1. Dos conceitos de relação de trabalho e relação de emprego.....	175
2. Da natureza jurídica da relação de trabalho.....	177
3. Relações de trabalho que não configuram relação de emprego ..	179
4. Trabalhador autônomo.....	180
5. A pejotização.....	181
6. Do representante comercial.....	185
7. Do autônomo exclusivo.....	191
8. Prestador de serviços vinculados às plataformas digitais (UBER).	192
9. Trabalhador eventual	210
10. Trabalhador voluntário.....	211
10.1. Trabalhador religioso	212
11. Trabalhador avulso	214
11.1. Avulso não portuário.....	216
12. Do trabalhador cooperado.....	217
13. O empreiteiro e o contrato de empreitada	220
14. Do estagiário	223

CAPÍTULO VI

DO EMPREGADO	229
1. Conceito e requisitos.....	229
1.1. Pessoa natural.....	230
1.2. Serviços de natureza não eventual	230
1.3. Subordinação.....	231

1.3.1.	Técnica	231
1.3.2.	Econômica	231
1.3.3.	Jurídica.....	232
1.3.4.	Estrutural.....	233
1.3.5.	Meios telemáticos e informatizados, controle e supervisão.....	235
1.4.	Pessoalidade	236
1.5.	Onerosidade	237
2.	Modalidades especiais de empregados	238
2.1.	Dos altos empregados.....	238
2.2.	Diretor de S.A.	239
2.3.	Cláusula de não concorrência do alto empregado e efeitos no contrato de trabalho	241
2.4.	Da possibilidade de o alto empregado negociar cláusulas contratuais.....	243
3.	Empregados domésticos	244
3.1.	Conceito	244
3.2.	Direitos dos domésticos	249
4.	Empregado rural	254
4.1.	Conceito	254
4.2.	Singularidades do trabalhador rural.....	257
5.	Do trabalho fora do estabelecimento do empregador.....	258
6.	Do trabalho em domicílio (<i>home office</i>)	259
7.	Do teletrabalho	261
8.	Empregados de cartórios extrajudiciais	266
9.	Do empregado público	269
9.1.	Conceito e regime jurídico.....	269
9.2.	Estabilidade e formalidades para dispensa	272
9.3.	Competência da Justiça do Trabalho.....	274

CAPÍTULO VII

DO EMPREGADOR	279	
1.	Conceito	279
2.	Características do empregador	281
2.1.	Despersonalização	281
2.2.	Assunção dos riscos da atividade econômica	281

2.3.	Poder diretivo	282
2.3.1.	Poder regulamentar	282
2.3.2.	Poder disciplinar	283
2.3.3.	Direito de variar (<i>jus variandi</i>)	283
3.	Do empregador por equiparação	284
4.	Grupo de empresas ou empregadores	284
4.1.	Do reconhecimento do grupo de empresas na execução trabalhista.....	291
5.	Consórcio de empregadores	294
5.1.	Consórcio de empregadores rural.....	296
5.2.	Consórcio de empregadores urbanos	298
6.	Da sucessão de empregadores.....	300
6.1.	Da responsabilidade da empresa sucedida.....	304
7.	Falência e recuperação judicial – efeitos nos créditos trabalhistas	305
7.1.	Privilégio do crédito trabalhista na falência	313
7.2.	Aplicação de multas pelo não pagamento de verbas rescisórias	314
7.3.	Alienação de bens na falência e recuperação judicial e sucessão trabalhista.....	314
7.4.	Responsabilidade de terceiros (solidários e subsidiários, e desconsideração da personalidade jurídica) na falência e recuperação judicial	317
8.	A responsabilidade patrimonial do sócio e a desconsideração da personalidade jurídica no Direito do Trabalho.....	321
9.	Da responsabilidade do sócio retirante	328
10.	Teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica.....	330
11.	Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	333

CAPÍTULO VIII

DO CONTRATO DE TRABALHO	339
1. Do contrato. Definição	339
2. Princípios fundamentais dos contratos.....	340
2.1. Autonomia da vontade.....	340
2.2. Supremacia da ordem pública.....	340
2.3. Força vinculante	340
2.4. Princípio da função social do contrato.....	341

2.5. Boa-fé objetiva	342
2.6. Equilíbrio contratual.....	343
3. Do contrato de trabalho	343
3.1. Características do contrato de trabalho	344
4. Das tratativas preliminares do contrato de trabalho. Manifestação da vontade e pré-contrato.....	346
5. Exigência de tempo de experiência do empregado para contratação	347
6. Contrato de trabalho tático	348
7. Requisitos de validade do contrato de trabalho.....	348
7.1. Capacidade de direito.....	349
7.2. Capacidade de fato ou de exercício	349
7.3. Forma prevista ou não vedada em lei	350
8. Nulidades do contrato de trabalho	351
9. Direitos e obrigações do empregador	354
9.1. Direitos inerentes ao poder diretivo.....	354
9.2. Padrão de vestimenta dos empregados.....	355
9.3. Monitoramento do <i>e-mail</i>	355
9.4. Das revistas.....	359
10. Obrigações do empregador	361
11. Proteção de dados pessoais dos empregados (Lei Geral de Proteção de Dados)	362
12. Direitos e obrigações do empregado.....	371
13. Das invenções do empregado	372
14. Dos contratos por prazo determinado	374
14.1. Contratos por prazo determinado e as garantias de emprego.....	378
15. Contrato de experiência ou de prova.....	379
16. Do contrato de trabalho intermitente	380
16.1. Conceito de trabalho intermitente e constitucionalidade...	380
16.2. Requisitos do contrato de trabalho intermitente.....	383
CAPÍTULO IX	
DA TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	389
1. Do conceito e requisitos de validade da terceirização	389
2. A terceirização na atividade-fim: efeitos	394

3. Terceirização na Administração Pública.....	399
4. Aspectos processuais da terceirização	406
5. Da responsabilidade nos contratos de subempreitada	411
5.1. Da responsabilidade do dono da obra nos contratos de empreitada.....	412
6. Contrato de trabalho temporário	413

CAPÍTULO X

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	421
1. Conceito de alteração contratual e requisitos.....	421
2. Direito de resistência do empregado	425
3. Alteração da função	426
4. Retorno ou reversão	427
5. Promoção.....	429
6. Rebaixamento.....	430
7. O acúmulo de função.....	430
8. Da transferência do empregado.....	433
9. Empregados excluídos da proteção da intransferibilidade.....	435
10. Adicional de transferência	436
11. Transferência abusiva e direito de resistência do empregado.....	438

CAPÍTULO XI

DA SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	439
1. Dos conceitos de interrupção e suspensão do contrato de trabalho e efeitos	439
2. Prescrição durante os períodos de suspensão e interrupção.....	441
3. Hipóteses de suspensão contratual	442
3.1. Afastamento em decorrência do serviço militar.....	442
3.2. Acidente de Trabalho	442
3.3. Suspensão disciplinar	443
3.4. Suspensão para fins de inquérito judicial para apuração de falta grave.....	444
3.5. Aposentadoria por invalidez.....	446
3.6. Suspensão do contrato de trabalho em razão de violência doméstica (Lei Maria da Penha)	447

3.7. Suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional	450
4. Hipóteses de interrupção contratual (artigo 473 da CLT)	452
4.1. A questão do limbo previdenciário-trabalhista.....	456
4.2. Afastamento do empregado de isolamento para enfrentamento de emergência de saúde pública (Lei 13.979/20)....	458
4.3. Licença-maternidade	461

CAPÍTULO XII

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	465
1. Conceito e nomenclaturas utilizadas	465
2. Da dispensa individual.....	466
2.1. Natureza do ato do empregador que põe fim ao contrato de trabalho	467
3. Da dispensa coletiva.....	468
3.1. A dispensa coletiva e o novo direcionamento dado pelo STF.....	473
4. Da justa causa	476
4.1. Conceito	476
4.2. Requisitos para configuração da justa causa	477
4.2.1. Tipicidade	477
4.2.2. Gravidade.....	477
4.2.3. Imediatidade	478
4.2.4. Proporcionalidade.....	478
4.2.5. Determinância.....	479
4.3. Necessidade de o empregador informar ao empregado os motivos da justa causa	480
5. Do ônus da prova da justa causa.....	481
6. Hipóteses que autorizam a dispensa por justa causa.....	484
6.1. Ato de improbidade	484
6.2. Mau procedimento.....	485
6.3. Incontinência de conduta	485
6.4. Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço	485
6.5. Condenação criminal.....	485

6.6.	Desídia.....	486
6.7.	Embriaguez habitual ou em serviço.....	486
6.8.	Violação de segredo da empresa.....	488
6.9.	Ato de indisciplina	488
6.10.	Insubordinação	488
6.11.	Abandono de emprego.....	488
6.12.	Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.....	490
6.13.	Ato lesivo da honra e boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.....	491
6.14.	Prática constante de jogos de azar.....	491
6.15.	Perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado.....	491
6.16.	Atos atentatórios à segurança nacional. (Incluído pelo Decreto-lei nº 3/66.).....	492
6.17.	A ausência de vacinação do empregado contra a Covid-19 e a possibilidade de dispensa por justa causa.....	492
7.	Dano moral (extrapatrimonial) e justa causa.....	493
8.	Extinção por culpa recíproca.....	498
9.	Do pedido de demissão.....	500
10.	Da rescisão indireta do contrato de trabalho.....	501
11.	Ônus da prova na rescisão indireta do contrato de trabalho	503
12.	Hipóteses de rescisão indireta do contrato de trabalho.....	503
12.1.	Forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato	504
12.2.	For tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo.....	504
12.3.	Correr perigo manifesto de mal considerável.....	505
12.4.	Não cumprir o empregador as obrigações do contrato.....	505
12.5.	Praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo de honra e boa fama	506
12.6.	O empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem...	506

12.7. O empregador reduzir o trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários	506
12.8. O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais incompatíveis com a continuação do serviço	506
12.9. No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho	507
13. Opção por continuar no trabalho enquanto aguarda decisão de processo trabalhista	507
14. Extinção do contrato de trabalho por adesão do trabalhador a plano de demissão voluntária (PDV)	507
15. Da extinção do contrato de trabalho por acordo entre as partes	510
16. A extinção do contrato de trabalho por acordo extrajudicial homologado em juízo	512
17. Fato príncipe	516
18. Da Força Maior	520
19. Do falecimento do empregado e do empregador pessoa física	525
20. Extinção dos contratos por prazo determinado.....	526
21. A questão da aposentadoria e a extinção do contrato de trabalho.....	528
22. Das verbas rescisórias (formalidades e pagamento).....	531
23. Termo de quitação anual de obrigações trabalhistas.....	536
24. Do aviso prévio: conceito e modalidades	537
24.1. Da proporcionalidade do aviso prévio (Lei 12.506/2011) ...	542

CAPÍTULO XIII

ESTABILIDADE E GARANTIA DE EMPREGO	545
1. Conceitos: Estabilidade e Garantia de emprego	545
2. A Constituição de 1988, Convenção 158, da OIT, e o fim da estabilidade.....	547
3. Garantias de emprego	552
4. Garantia de emprego da gestante e mãe adotante.....	554
5. Membro de CIPA.....	559
6. Dirigente sindical	562

6.1. Do inquérito judicial para apuração de falta grave pelo dirigente sindical.....	564
7. Empregado acidentado	566
8. Empregado reabilitado e portador de necessidades especiais	568
9. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).....	571
9.1. Conceito e natureza jurídica	571
9.2. Recolhimentos.....	572
9.3. Movimentação dos depósitos.....	576
9.4. Prescrição.....	578
9.5. Competência da Justiça do Trabalho.....	580

CAPÍTULO XIV

DA DURAÇÃO DO TRABALHO.....	585
1. Do direito fundamental à limitação de jornada de trabalho	585
1.1. Do direito à desconexão do trabalho.....	586
2. Da jornada de trabalho.....	587
3. Horas de percurso ou “in itinere”	590
4. Horas de Sobreaviso e prontidão.....	592
5. Turnos ininterruptos de revezamento.....	595
6. Jornada de trabalho a tempo parcial	599
7. Da prorrogação da jornada de trabalho	601
8. Da prorrogação de horas decorrentes de atividade insalubre	605
9. Compensação de horas.....	608
10. Do banco de horas.....	612
11. Efeitos da irregularidade do acordo de compensação de horas....	615
12. A compensação da jornada no regime 12X36	617
13. Dos empregados excluídos do regime de limitação da jornada de trabalho.....	620
13.1. Da constitucionalidade do art. 62 da CLT	621
13.2. Da jornada externa	622
13.3. Cargos de gestão	624
13.4. Empregados em regime de teletrabalho	626
13.5. Da jornada do bancário.....	627
13.5.1. A questão da jornada do bancário que desempenha função de confiança.....	629

13.5.2. Da compensação da gratificação de função com as horas extras deferidas a partir da 6ª diária quando há descaracterização da função de confiança bancária na Justiça do Trabalho	635
14. Da prova da jornada de trabalho.....	636
14.1. Dos controles de ponto.....	636
14.2. Do ônus da prova da jornada de trabalho.....	638
14.3. Base de cálculo das horas extras	641
15. Do trabalho noturno.....	643
16. Dos períodos de descanso	646
17. Do intervalo interjornada.....	647
18. Intervalo intrajornada.....	648
18.1. Do intervalo do trabalhador rural.....	655
18.2. Intervalo em jornada externa.....	656
19. Do intervalo do digitador e <i>telemarketing</i>	657
20. Do descanso semanal remunerado e feriados	660

CAPÍTULO XV

DAS FÉRIAS.....	669
1. Conceito e natureza jurídica.....	669
2. Da aquisição do direito a férias	670
3. Do período concessivo das férias.....	674
4. Das férias coletivas	679
5. Da remuneração e do abono de férias.....	680
6. Dos efeitos da extinção do contrato de trabalho nas férias	686
7. Da prescrição das férias	687

CAPÍTULO XVI

DO SALÁRIO E DA REMUNERAÇÃO.....	689
1. Conceitos de salário e remuneração e caracteres.....	689
2. Das gorjetas e sua natureza jurídica	691
3. Parcelas que integram o salário	694
3.1. Comissões	695
3.2. Gratificações.....	696
3.3. Utilidades (salário “in natura”).....	697

3.4.	Décimo terceiro salário	702
3.5.	Adicionais	703
3.5.1.	Adicionais de horas extras e noturno	704
3.5.2.	Adicional de transferência	704
3.5.3.	Do adicional de insalubridade	705
3.5.4.	Do adicional de periculosidade	707
3.5.5.	Da cumulatividade dos adicionais de insalubridade e periculosidade	709
4.	Parcelas que não integram o salário	711
4.1.	Prêmios	711
4.2.	Abono	712
4.3.	Ajuda de custo	712
4.4.	Diárias para viagem	712
4.5.	Participação nos lucros	713
5.	Parcelas salariais de natureza controvertida	718
5.1.	Gueltas	718
5.2.	<i>Stock options</i>	719
5.3.	Direitos de imagem e arena	721
6.	Regras protetivas do salário	726
6.1.	Irredutibilidade do salário	726
6.2.	Impenhorabilidade do salário	729
6.3.	Intangibilidade salarial	733
7.	Modalidades de salário	736
8.	Salário mínimo	736
9.	Do salário profissional	738
10.	Do salário normativo ou convencional	739
11.	Da correção monetária do salário	740
12.	Do <i>Truck system</i>	746
13.	Periodicidade de pagamento do salário	747
14.	Não discriminação salarial	748
15.	Formalidades de pagamento	748
16.	Da equiparação salarial	751
16.1.	Requisitos para a equiparação salarial	752
16.1.1.	Mesmo empregador	752
16.1.2.	Mesma localidade	753
16.1.3.	Identidade de funções	753

16.1.4. Simultaneidade no exercício da função	755
16.2. Requisitos elidentes da equiparação salarial	756
16.2.1. Existência e quadro de carreira	756
16.2.2. Tempo de serviço e tempo no exercício da função	756
17. Salário não estipulado e equiparação salarial por equivalência ...	759
18. Desvio de função	761

CAPÍTULO XVII

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	763
1. Dos conceitos de prescrição e decadência	763
2. O regramento constitucional da prescrição trabalhista	766
3. Da prescrição de parcelas sucessivas	769
3.1. Complementação de aposentadoria	771
4. Causas de interrupção, impedimento e suspensão da prescrição .	772
5. Prescrição da pretensão declaratória.....	779
6. Da prescrição intercorrente	780
7. Do momento de arguição da prescrição.....	785
8. Reconhecimento da prescrição de ofício.....	786
9. Prescrição aplicável para as ações que não envolvem uma parcela trabalhista <i>stricto sensu</i>	792
10. Da prescrição do dano moral (extrapatrimonial) decorrente da relação de trabalho	793
11. Prescrição dos danos materiais e morais decorrentes do acidente de trabalho	796
12. O não decurso do prazo prescricional enquanto a responsabilidade pelo fato lesivo estiver sendo apurada no juízo criminal.....	800

CAPÍTULO XVIII

DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DO TRABALHO	803
1. Do dano.....	803
2. A responsabilidade civil.....	804
3. Da responsabilidade civil do empregador por danos causados a seus empregados	806
4. Da responsabilidade civil do empregador por atos de seus prepostos ou empregados por danos causados a terceiros	808

5. Da responsabilidade do empregado por danos causados ao empregador.....	808
6. Da responsabilidade do empregador pelos danos causados ao empregado decorrentes do acidente de trabalho.....	809
6.1. Do acidente de trabalho: questões conceituais.....	809
6.2. Teorias sobre a responsabilidade civil do empregador no acidente de trabalho.....	815
6.3. Teoria da responsabilidade subjetiva do empregador pela reparação dos danos causados ao empregado no acidente de trabalho.....	815
6.4. Teoria da responsabilidade objetiva do empregador pela reparação dos danos causados ao empregado no acidente de trabalho.....	816
6.5. Teoria da responsabilidade objetiva do empregador pela reparação dos danos causados ao empregado nas atividades de risco.....	820
6.6. Teoria da responsabilidade subjetiva com culpa presumida do empregador.....	828
7. Do dano moral (extrapatrimonial) decorrente da relação de trabalho.....	830
7.1. Do dano moral (extrapatrimonial) na Consolidação das Leis do Trabalho.....	834
7.1.1. Integridade física.....	835
7.1.2. Intimidade.....	836
7.1.3. Honra.....	838
7.1.4. Liberdade de ação, a autoestima, a sexualidade...	840
7.1.5. Imagem.....	840
7.1.6. Saúde, o lazer e a integridade física.....	843
8. Dano moral (extrapatrimonial) reflexo ou em ricochete.....	845
9. Reparabilidade do dano moral e requisitos.....	848
10. Assédio moral.....	852
10.1. Espécies de assédio moral.....	855
11. Assédio sexual.....	856
11.1. A prova do dano moral nas violações da intimidade do empregado em que não há publicidade do fato (assédio moral e assédio sexual).....	858
12. Dano estético e o dano moral.....	862

13. O dano moral coletivo	863
14. Do valor da reparação por danos morais.....	871

CAPÍTULO XIX

NORMAS TUTELARES.....	877
1. Da Carteira de Trabalho e Previdência Social.....	877
1.1. Reclamação por falta de anotação da CTPS.....	882
1.2. Ausência de anotações, fraude e falsidade documental	884
2. Da proteção ao trabalho da mulher.....	887
2.1. Das práticas discriminatórias.....	891
2.2. Dos atestados de gravidez.....	893
2.3. Da proteção à maternidade.....	895
3. Da proteção ao trabalho do menor.....	906
3.1. Trabalho prejudicial à moralidade do menor.....	909
3.2. Jornada de trabalho do menor	911
3.3. Do contrato de aprendizagem.....	911
3.3.1. Requisitos do contrato de aprendizagem.....	913
3.3.2. Da extinção do contrato de aprendizagem.....	915
3.4. Da prescrição contra o menor	916

CAPÍTULO XX

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.....	917
1. Do meio ambiente do trabalho.....	917
2. Princípios do direito ambiental do trabalho	919
2.1. Competência da Justiça do Trabalho para as ações relacionadas ao Meio Ambiente do Trabalho.....	921
3. Da segurança e medicina do trabalho	925
3. Obrigações das empresas e dos empregadores.....	929
4. Obrigações do empregado.....	929
5. Órgãos de segurança e medicina do trabalho nas empresas – SESMT.....	931
6. Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA)	932
7. Do trabalho em condições de insalubridade.....	935
8. Da regulamentação das atividades insalubres.....	936
9. Atividades não regulamentadas pelas normas regulamentares do Ministério do Trabalho.....	936

10. Da eliminação da insalubridade	939
11. Do Trabalho em condições de periculosidade	940
12. Da necessidade de estar regulamentada por norma regulamentar	944
13. Da eliminação da periculosidade	944
14. Do adicional de penosidade	945
15. Da necessidade de perícia técnica para apuração de insalubridade e periculosidade	946

CAPÍTULO XXI

FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO	953
1. Conceito e competência para a fiscalização do trabalho	953
2. Do procedimento da fiscalização trabalhista	958
2.1. Da imposição de penalidade	959
2.2. Da anotação pelo Auditor Fiscal do Trabalho em ato de fiscalização	960
2.3. Do domicílio eletrônico trabalhista	962
2.4. Do auto de infração	964
3. Dos recursos	970
4. Do depósito, da inscrição e da cobrança das multas	971

CAPÍTULO XXII

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	973
1. Referências históricas	973
2. Autonomia do Direito Coletivo do Trabalho	974
3. Conceito do Direito Coletivo do Trabalho ou Direito Sindical?	975
4. Do interesse coletivo	977
5. Dos princípios do Direito Coletivo do Trabalho	979
5.1. Princípios específicos do Direito Coletivo do Trabalho	979
5.1.1. Liberdade sindical	979
5.1.2. Princípio da liberdade de associação	982
5.1.3. Equilíbrio entre os entes coletivos	983
5.1.4. Boa-fé objetiva dos entes coletivos	985
5.1.5. Participação obrigatória do sindicato nas negociações Coletivas	985
5.1.6. Princípio da adequação setorial negociada	986

6. Pluralidade x unicidade sindical.....	987
7. Das categorias profissional, econômica e diferenciada	988
8. Do Sindicato	992
8.1. Conceito	992
8.2. Natureza jurídica do sindicato	993
8.3. Funções do sindicato.....	994
8.4. A administração do sindicato e a constitucionalidade do art. 522 da CLT.....	995
9. Do enquadramento sindical.....	997
10. Desmembramento da categoria e surgimento de novo sindicato.	999
11. Entidades sindicais de nível superior	1000
12. As centrais sindicais.....	1002
13. Das eleições sindicais	1003
14. Das receitas sindicais.....	1006
14.1. Contribuição sindical	1006
14.2. Da contribuição confederativa	1009
14.3. Contribuição assistencial	1010
14.4. Mensalidade sindical.....	1013
15. Comissão de representantes de empregados	1013
16. Condutas antissindicais	1017
17. Do conflito coletivo de trabalho.....	1023
17.1. Espécies de conflitos coletivos do trabalho.....	1025
18. Das formas de solução dos conflitos coletivos de trabalho.....	1026
18.1. Autotutela.....	1026
18.2. Autocomposição	1027
18.3. Heterocomposição	1028
19. Mediação e conciliação nos conflitos coletivos do trabalho	1028
20. Da negociação coletiva de trabalho: conceito e finalidades.....	1032
21. Flexibilização de direitos trabalhistas por meio de convenções e acordos coletivos de trabalho.....	1035
21.1. Da constitucionalidade do art. 611-A da CLT e o tema 1046 de Repercussão Geral do STF	1041
21.2. Interpretação das normas coletivas	1043
21.3. Direitos indisponíveis na negociação coletiva, sob a ótica da Lei 13.467/17	1044

21.4. Requisitos para celebração de acordos e convenções coletivas de trabalho e conteúdo de suas cláusulas.....	1046
21.5. Prazo de vigência da norma coletiva e a questão da ultratividade.....	1051
21.6. Da possibilidade de negociação direta entre trabalhadores e empresa (art. 617 da CLT).....	1054
21.7. Prevalência das disposições constantes do acordo coletivo sobre a convenção coletiva de trabalho.....	1056
21.8. Anulação de acordos e convenções coletivas e ação anulatória	1058
22. Competência da Justiça do Trabalho para as controvérsias decorrentes de matéria sindical	1067
23. Do Poder Normativo da Justiça do Trabalho brasileira	1073
24. Do dissídio coletivo.....	1077
24.1. A questão do comum acordo para ajuizar o dissídio coletivo de natureza econômica.....	1079
24.2. Como resolver o impasse se o sindicato forte se recusa a negociar?.....	1087
24.3. Do procedimento no dissídio coletivo.....	1088
25. Da ação de cumprimento.....	1095
26. Da substituição processual (legitimidade extraordinária) e atuação do Sindicato.....	1099
27. Da greve	1113
27.1. Conceito e origens.....	1113
27.2. Greve dos servidores públicos.....	1115
27.3. Do procedimento da greve: direitos e obrigações	1117
28. Locaute	1127
29. As ações decorrentes da greve a e competência da Justiça do Trabalho.....	1127
30. Arbitragem nos conflitos coletivos.....	1133
31. Das comissões de conciliação prévia	1136
BIBLIOGRAFIA.....	1143